

"O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO VIº GOV."

- Conf. ex - P. 12.
- organizadas pela SEDES

Fundação Cuidar o Futuro

26 de Abril de 84

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

Ambassadeur du Portugal auprès de l'Unesco

Fundação Cuidar o Futuro

128, AVENUE DE SUFFREN
75015 PARIS

TÉL. 567-97-41



O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL NO

V GOVERNO CONSTITUCIONAL

1. - Governo de transição

Dois traços específicos caracterizaram o V Governo no conjunto dos Governos Constitucionais:

- por um lado, um horizonte temporal limitado, com o termo claramente à vista.

Os 100 dias previstos acabaram por ser 150... ^d de modo que a sua curta duração não pode ser pretexto para desculpar os erros, tanto mais que os seus 5 meses de vida não andam longe dos 8 meses de vida média dos Governos, desde o 25 de Abril; ...

- por outro lado, uma tarefa prioritária e imediata, de natureza inteiramente política: - a preparação de eleições intercalares.

A análise da política de desenvolvimento económico e social tem de enquadrar-se nestas balizas.

Com efeito, estes dois traços iriam determinar toda a atitude do Governo face às suas responsabilidades constitucionais.

Os objectivos a que o seu programa o vinculava foram necessariamente inseridos numa contagem decrescente do tempo, a impor ritmos de acção e prioridades decorrentes dessa situação de limitação no tempo.

Na prossecução da estabilidade social, da segurança efectiva dos cidadãos e do favorecer de um clima sereno e imparcial para as eleições intercalares, o V Governo impôs-se a si mesmo "a defesa intransigente da legalidade democrática e o mais estrito cumprimento das leis e das decisões das instâncias judiciais ou administrativas.

Pela parte que toca ao Governo fêz-se tudo o que estava ao nosso alcance para realizar estes objectivos. A participação dos cidadãos nas eleições e a forma como decorreram dizem que essa tarefa foi cumprida.

Se me é permitida uma referência subjectiva, devo dizer que esta situação, aparentemente limitativa, teve, vivida por dentro, um fortíssimo cunho de "dilatação" do tempo, vivida através de uma concentração de energia de todas as pessoas que participaram na actividade do Governo.

Objectivamente, porém, a situação foi mais complexa e peculiar nas reacções que provocou.

Os partidos que haviam insistido para a dissolução da AR recusaram o diálogo com o V Governo e carregaram-nos à partida das suspeitas que vêm abundantemente narradas no Diário da AR.

Complementarmente, a duração limitada do Governo levou esses mesmos partidos a tentarem reduzir o significado político, chamando-o de "governo de gestão".

Na realidade, o V Governo teve todas as exigências de um qualquer outro Governo Constitucional



II. - O Contexto programático

I. - O V Governo apresentou ao Parlamento um Programa, contendo não só as medidas que a função executiva requeria de qualquer Governo, mas um grupo de objectivos por áreas de problemas.

Tais objectivos enquadravam-se num conjunto de perspectivas políticas globais.

Era claro, no momento em que o V Governo tomou o poder, que o desenvolvimento tinha de deixar de ser uma questão la teral dos programas políticos para se tornar um envolvente (ou se quisermos, um integral) de toda a actividade governativa.

Nesta óptica, o desenvolvimento deixa de se situar a jusante das interacções da estrutura política e das suas escolhas fundamentais para se situar a montante da actividade política no seu conjunto, e na sua execução concreta.

A análise que faço do crescente sub-desenvolvimento dos países do hemisfério-Sul conduz-me à convicção

- 1) de que é o mau funcionamento dos vários sub-sistemas sociais que condiciona, em grande medida, a eficácia das várias "receitas" de desenvolvimento;
- 2) de que enquanto o desenvolvimento fôr alguma coisa que se acrescenta à acção política de gestão e decisão ele só pode converter-se em sub-desenvolvimento.

Mas, se o desenvolvimento é a finalidade global que um Governo se dá a si próprio, é preciso que seja a referência de toda a acção política.

Tomei o desenvolvimento na perspectiva societal a que sempre me considerei ligada, na tradição, entre outras, da escola francesa de "Economia e humanismo":

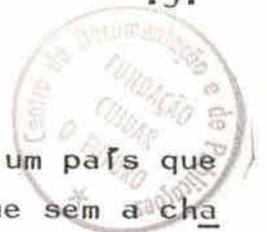
- o desenvolvimento visto como "a capacidade que tem uma sociedade de, com os seus próprios recursos, fazer face à sua própria evolução histórica".

É certo que, durante a década de 60, certas linhas de pensamento anglo-saxónicas analisavam o desenvolvimento no contexto do mito dominante do progresso. Mas o fracasso da I década Internacional do desenvolvimento, e a pouca esperança que a estratégia para a II década despertou, vieram confirmar a linha do desenvolvimento orgânico e integrada.

Destaco dois nomes dessa visão renovada de um desenvolvimento possível e necessariamente orgânico: - Dudley Seers, que até à sua morte deu um dos maiores contributos para o entendimento dos impasses conceptuais do desenvolvimento analisando sobretudo os países do Terceiro Mundo; - e Russel Asckoff que, aplicando ao desenvolvimento a ciência dos sistemas, acaba por ver o desenvolvimento como "o desejo e a habilidade de usar o que está disponível para melhorar continuamente a qualidade de vida; a habilidade para usar e desenvolver o conhecimento; a habilidade para a adaptação às mudanças internas e externas".

Se se tratava de uma questão de sociedade e da sua evolução, não podia o Governo deixar de atender ao que estava em causa para que a sociedade a si mesma se conduzisse:

- a garantia do clima de liberdade tomando a segurança dos cidadãos como responsabilidade dos poderes públicos e do seu comportamento;



- o aprofundamento da identidade cultural de um país que ainda se procura e à sua raiz profunda e que sem a chave da identidade não pode abrir caminhos de futuro;
- a igualdade entre, de um lado, os direitos cívicos e políticos e, do outro, os direitos económicos, sociais e culturais - questão fulcral em qualquer país que queira seriamente o seu próprio desenvolvimento.

2. - Os grandes objectivos inter-sectoriais

. Na área económica

No meio do período do V Governo era já conhecido que a situação de deficit das contas com o exterior tinha sido em grande parte equilibrada (com a implementação do "programa de estabilização"). Era, pois, desnecessário prolongar o "programa de estabilização" que tinha sido adoptado para atingir o equilíbrio das contas com o exterior.

Grandes vectores da política económica/financeira:

- criação de condições para acelerar o crescimento económico tais como o investimento (condições de crédito mais favoráveis, descida da taxa de juro, liberalização do crédito)
- criação de condições de confiança aos vários agentes económicos investidores - desintervenções que se julgaram desnecessárias. Negociações com investidores estrangeiros
- criação de condições melhores para o vector de produ -

ção trabalho (Redução da taxa de desvalorização do es
cudo, abolição do teto salarial)

- inversão de alguns dos efeitos do "programa de estabi
lização" com maior impacto negativo nas camadas popu-
lacionais mais desfavorecidas (e que tinham atingido
gravemente um segmento da procura interna dominada
por produção interna (vestuário e calçado barato)
- criação de condições (através de medidas macro-econó-
micas) fomentadoras de produção sectorial de dois sec
tores não só com grande impacto socio-económico mas
também com efeitos intersectoriais substanciais
 - a) - agricultura (diminuição das importações)
 - b) - habitação - desenvolvimento das indús -
trias subsidiárias que neste caso tem ain
da grande impacto no emprego
- gradual iniciação da contenção do deficit orçamental

Fundação Cuidar o Futuro

. Na área social

"A existência de uma política social autónoma, nas suas
coordenadas e nos seus objectivos, é uma opção clara do Go-
verno".

Assim ficou dito no programa e assim se tentou orientar
a política social.

Apesar das várias tentativas feitas no passado (e de me
tas concretas conseguidas pelos últimos Governos antes do 25



de Abril e pelos últimos Governos Provisórios) herdara-se uma concepção e prática de política social que era caracterizada pelos seguintes factores:

- era sobretudo encarada como um correctivo dos desequilíbrios económicos, sendo relegada para o momento em que o Orçamento a comportasse;
- era uma política extremamente concentrada nos órgãos do Poder Central, utilizada por muitos Governos como arma eleitoral, desviada do seu verdadeiro sentido de resposta à situação real dos grupos sociais e das regiões geográficas;
- era equivalente, para muitos, aos benefícios e prestações sociais que a tradição atribuía à Segurança Social;
- a grande norma do programa do MFA que orientara a criação e o Programa de actividades do Ministério dos Assuntos Sociais, em 1974, fora a fusão da Previdência e da Assistência num sistema integrado de Segurança Social, na pegada de esquemas idênticos dos países europeus mais avançados neste domínio, em particular os países nórdicos e germânicos; ora, essa norma viria a ser comprometida por dificuldades estruturais dos serviços e pela reduzida atenção dada a este aspecto fundamental da vida dos cidadãos.

O que foi verdadeiramente novo no programa e actividade do V Governo foi a integração, enquanto parte da política social, das actividades e objectivos não só da saúde e da segurança social mas também da habitação, dos transportes, das comunicações, das obras públicas e do trabalho.

Há, obviamente, uma filosofia na base desta integração :

- a satisfação dos direitos sociais dos cidadãos não está apenas na resposta a necessidades individuais onde intervém a "protecção do Estado" mas está também na garantia de que as estruturas colectivas tornam possível uma segurança acrescida, de cada indivíduo no plano social.

Devo dizer que esta orientação me surge hoje como uma "intuição" que pode ser uma alternativa ao colapso do Estado-Providência nos países europeus de mais longa tradição neste domínio.

É através de uma política social integrada de todos os sectores que referi que é possível, ao desmontar algumas das estruturas que caracterizam o "welfare state", encontrar soluções sociais globais para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Por exemplo: se às prestações sociais que tendem a ser indexadas, como os créditos, entre outros, o crédito para habitação própria ou os esquemas compensatórios dos agregados familiares de menores rendimentos globais, é possível, em conjunto com os beneficiários e de acordo com as necessidades específicas de cada lugar e tempo, criar esquemas que contribuem simultaneamente para melhores condições sociais das pessoas e revitalizam a economia.

. Na área cultural

O desenvolvimento tem sido, para mim, sempre referenciado a uma matriz cultural. Não estou a excluir outros aspectos do desenvolvimento mas sim a reforçar o significado do desenvolvimento enquanto expressão de uma intenção cultural e enquanto acto cultural, entendendo sempre a cultura na fórmula



simples e feliz de Paulo Freire: - "o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fêz."

Por isso, a área cultural se definiu à volta de objectivos que todos eles alicerçam, de alguma maneira, o processo de desenvolvimento.

A área cultural envolveu, assim, a política de desenvolvimento cultural strictu sensu, a política científica, a política educativa e a política de comunicação social, (não excluiria, pela sua autonomia e pela sua novidade enquanto poder, a política de comunicação social).

A orientação de fundo nesta área teve como referências fundamentais:

- a salvaguarda e o estímulo do policentrismo cultural, como caminho para a criação de acções culturais e do dinamismo do espírito necessários à vida nacional;
- o reforço da identidade da cultura portuguesa, tendo de vencer as dicotomias entre a cultura erudita e a cultura popular, entre a cultura de elites e a cultura de massas;
- a racionalização da actividade de criação científica de modo a que se estancasse o espectacular, desperdício de recursos humanos neste domínio.

Permitam que me alongue um pouco mais sobre este último aspecto:

A não racionalização (i.e. a ausência da adequação dos meios e recursos aos objectivos claros) leva a que se esteja a investir tempo, energia humana e dinheiro em questões secundárias ou de interesse para outros e se passe muitas vezes ao lado de grandes questões nacionais.

A leitura atenta e sistemática do anuário publicado pela INICT sobre o "Potencial Nacional de Ciência e Tecnologia" é, a este respeito, extremamente elucidativa:

- a maioria dos projectos são enunciados de problemas globais e não a caracterização especificada de projectos concretos - ora, se à política cabe formular a globalidade, à investigação cabe encontrar os dados que tornem essa globalidade coerente;

- há grupos maciços de "investigadores" debruçando-se sobre grandes generalidades

(Recordo apenas dois casos:

um, em que cerca de 50 licenciados trabalham sobre dois projectos; outro, em que cerca de 60 indicam um projecto global)

Só instituições de comprovada produção científica mantêm um número e uma caracterização de projectos que justifica o número de investigadores licenciados que nela trabalham.

Refiro esta questão e dou-lhe muita importância porque reconheço, cada vez mais, a necessidade premente de conjugarmos todos os recursos humanos em capacidade criadora sofisticada para um verdadeiro projecto de desenvolvimento.

Em meu entender, é na má utilização dos quadros que está o primeiro e grande obstáculo ao desenvolvimento.

Neste contexto, toda e qualquer referência a tecnologias apropriadas, por mais obviamente necessárias que sejam, carece de eficácia se não for acompanhada da concentração de uma considerável massa crítica de investigadores para o sector correspondente.

A possível "importação das tecnologias apropriadas" pode vir a ser um novo logro da dominação tecnológica e económica.



3. - A participação como intrínseca ao desenvolvimento

O desenvolvimento entendido como involvente não tem consistência se apenas resultar de acções e decisões governamentais.

Por isso o V Governo foi caracterizado pelo objectivo de favorecer uma maior participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos.

Esta participação reflectir-se-ia nas eleições.

E haveria, também, de contribuir para uma mobilização das vontades e para uma catalização do potencial existente nos vários grupos socio-profissionais e nas várias zonas geográficas do País.

Para tal, o V Governo deu-se como metas:

- implementar uma política de desconcentração e descentralização;
- dar às autarquias instrumentos técnicos de gestão capazes de garantir a eficácia da lei das Finanças locais;
- apoiar a organização inter-municipal;
- estabelecer mecanismos capazes de possibilitar a participação dos cidadãos não só de forma abstracta e idealista mas na definição de prioridades e estratégias,
na criação dos instrumentos necessários para
as atingir,
na avaliação dos resultados.

Entre esses mecanismos, utilizei durante o V Governo as visitas-de-trabalho.

Tratava-se de levar o Governo a decidir em conjunto com a população, em locais bem determinados, relativamente a questões locais prementes e cuja execução podia ser garantida durante a vigência do V Governo.

Assim, equipas de 3 ou 4 membros do Governo realizaram sessões de trabalho, ^{em} regiões completamente distintas, para a análise e decisão in loco dos problemas porque eram responsáveis.

Estas visitas de trabalho eram preparadas a partir de sugestões de membros do Governo e acordados com os Governadores Civis ou Presidentes das Câmaras respectivas.

O essencial do trabalho tinha em geral dois tempos:

- um, à volta da mesa com autarcas e em alguns casos com representantes de organizações locais;
- outro, uma sessão aberta à população para que esta dissesse de sua justiça, o que naturalmente conduzia a novas questões postas ao executivo.

Após cada visita-de-trabalho, foi criada uma "equipa operacional" (uma task-force) encarregada de continuar os contactos e de servir de mediadora entre os representantes locais e os serviços da administração central até que as decisões tomadas fossem levadas a seu termo.

4. - O papel da Administração Pública

O Governo estava profundamente consciente do papel, crucial desempenhado pela Administração Pública na efectivação de qualquer política e na dinamização das medidas decididas.

Contribuir para a sua reorganização foi um dos seus mais constantes objectivos.

Já em 75 escrevera:

" a reforma da administração pública não é um capítulo à parte da actividade governativa, mas é, neste momento, um dos pilares em que assenta a garantia do êxito do programa económico do Governo".

A estrutura do Governo suporta a gestão por objectivos para que o programa socio-económico seja viável.

A formação permanente dos funcionários ~~assim~~ ^{com} como a participação dos cidadãos nas actividades da Administração Pública surgia, assim, como alicerces de um processo de desenvolvimento integrado e eficaz.

Por isso, também, um dos objectivos explícitos de todos os sectores da gestão do Governo, foi a reestruturação dos serviços públicos, a integração dos funcionários fora do quadro, a tentativa de solução de situações completamente anómalas do ponto de vista da boa gestão dos recursos.

III - Medidas tomadas e conseguidas em cada uma destas áreas

Não julgo que me caiba fazer aqui a enumeração exaustiva do que foi realizado. Mas julgo importante sublinhar as medidas tomadas e que se inscrevem na perspectiva do desenvolvimento global como atrás esbocei.

Referirei, assim, as medidas relativas a cada um dos objectivos.

. Medidas na área da produção económica

Agricultura

. Dados os problemas pendentes quanto à legalidade dos processos de devolução de terras da zona de intervenção, determinou-se a "manutenção na posse útil da terra daqueles que a detivessem à data da revogação ou da suspensão de acto definitivo e executório".

. Tentou abordar-se o problema das explorações agrícolas da Lezíria de modo a ser encontrada, em conjunto com os agricultores rendeiros, agricultores seareiros e cooperativas de produção agrícola, a solução técnico-económica mais adequada.

. Determinou-se as condições para a demarcação das novas regiões vinícolas (importância no processo de adesão à CEE) bem como o novo regime de plantio² da cultura da vinha.

Fundação Cuidar o Futuro

. Um conjunto importantíssimo de três medidas-chave para a reestruturação da produção agrícola: a actualização e dinamização da agricultura de grupo, o regime jurídico dos centros de gestão da empresa agrícola e o apoio ao jovem agricultor quer no acolhimento quer da instalação em empresa agrícola, individual ou associativa.

O problema fundamental da agricultura e pecuária é a sua não reestruturação e o bloqueamento desta questão pelo impacto ideológico e mítico de que se revestia a reforma agrária.

A opção de fundo do V Governo - que hoje perfilho com maior intensidade - foi o reconhecimento do valor social da pequena propriedade agrícola e a criação de condições para que se torne economicamente viável e capaz de contribuir, até de uma forma modesta, para a formação do PIB, mas sobretudo

para que possa subsistir num espaço económico mais vasto.

. Foi objecto de especial atenção a situação das florestas destruídas por incêndios o que levou ao estudo da possível re-florestação sem os perigos já existentes na serra de Monchique e noutras zonas em que a re-florestação "selvagem" tende a esgotar as águas subterrâneas.

. Tentámos dar mais alguns passos nos seguintes domínios:

- concretização da Rede Nacional de Abate e da Rede de Recolha de Gado;

- implantação, na zona interior do País, de salas colectivas de ordenha mecânica;

- manutenção dos stocks necessários à garantia do abastecimento de carnes, de leite e lacticínios;

- assistência técnica à indústria do concentrado de tomate e à qualidade das farinhas e tipos de pão;

- elaboração e análise de vários projectos agro-industriais e do estudo dos incentivos fiscais neste domínio;

- acompanhamento da gestão de empresas tuteladas; análise de propostas de saneamento financeiros; assistência e apoio técnico a cooperativas.

. Beterraba !

. Lançamento do Programa de Apoio ao desenvolvimento do sector das pescas, ao abrigo do empréstimo do Banco Mundial:

construção de 25 embarcações para a pesca artesanal

- Abolição do imposto de transacções sobre crustáceos e ostras (revertendo assim a favor dos armadores e pescadores a importância destinada à liquidação do imposto).

. Entrada em funcionamento do Entreposto Frigorífico de Peniche.

(Estes eram os 2 problemas clássicos da pesca em 74)

. O processo de distribuição não conseguiu ser alterado, apesar de se ter criado, entre outras medidas, uma linha de crédito bonificado a utilizar por cooperativas de comerciantes a retalho e agrupamentos complementares de retalhistas.

Fundação Cuidar o Futuro

No domínio da Indústria

As duas grandes questões que se puseram neste domínio foram

- a instalação em Portugal de grandes complexos de empresas estrangeiras (Renault, Ford, ITT, Pressley)

- o estreito relacionamento entre a gestão das empresas públicas não socializadas (como a Talbot, actualmente, em França) e o aumento dos preços dos bens e serviços essenciais que essas empresas asseguram.

Na área social

Os aspectos mais importantes foram:

- a aprovação do esquema mínimo de segurança social que garante a todos os residentes as condições mínimas de subsistência e de assistência na velhice e na doença, independentemente da sua capacidade no domínio do trabalho.

(Este esquema mínimo está mais perto do "welfare state" americano do que do Estado-Providência europeu e pode conter, potencialmente uma saída de segurança social para países em que, com em Portugal, as distorsões da economia/ geram ainda uma vasta camada social de pobres.

- a regulamentação em vários dos seus aspectos do Serviço Nacional de Saúde, em cumprimento da Lei de Bases aprovada pela AR.

Assim: **Fundação Cuidar o Futuro**

- Departamento de Cuidados Primários de Saúde
- Departamento de Recursos Humanos
- Administrações Distritais de Saúde
- Centros Comunitários de Saúde
- Gestão Financeira/Informática
- departamento de Estudos farmacêuticos

↳ Valorização dos aspectos sociais das tarifas dos transportes públicos

com uniformização de critérios para apoio social escolar



- Estudo dos aspectos socio-económicos dos transportes públicos nomeadamente

o acautelamento da defesa dos utentes

a preservação do meio ambiente e do património nacional

a análise dos custos sociais dos transportes

a coordenação das acções intermodais

No domínio do trabalho, realizaram-se medidas relacionadas com os conflitos de trabalho mas também, e sobretudo, medidas que pretenderam tornar o trabalho um direito e dignificá-lo em consequência.

Assim:

- protegeu-se a situação de desemprego, não só pela normal revisão dos subsídios de desemprego, criação de novos escalões de acordo com os encargos familiares, criação de um prémio de colocação mais ou menos a 3 meses de subsídio de desemprego mas ^{também pelo} alargamento do regime de subsídio de desemprego aos candidatos a primeiro emprego com encargos familiares.

- concederam-se condições especiais de subsídios a empresas para acções de formação profissional

- incentivos à mobilidade geográfica dos trabalhadores

- apoio ao sector cooperativo para estudo, execução e avaliação de projectos relativos a cooperativas operárias de produção

- nova forma de apoio financeiro destinado a unidades produtivas que, devido a motivos diversos, não podem efectuar o pagamento de salários em atraso

- actualização do salário mínimo nacional
- não discriminação sexista no trabalho

. Habitação e Obras Públicas

- Lançamento imediato pelo FFH de 4000 fogos e abertura de concurso para mais 6000

. Apoio a cooperativas de habitação e associações de moradores para construir 8000 fogos

. Idem para recuperação de 7000 habitações degradadas

. Area Cultural

Fundação Cuidar o Futuro

No domínio cultural as medidas mais importantes têm que ver com o substractum cultural da população, com o acesso aos meios mais elementares da educação e da cultura, independentemente da idade da população.

Assim:

- cumprimento da escolaridade obrigatória : reforço de universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico;

- garantir um suporte institucional básico para o lançamento do Plano Nacional de Educação de Adultos;

- regulamentação dos graus e diplomas a atribuir pelo ensino superior (mestrado) e criação de um órgão de coordenação de investigação universitária;

- projecto de modelo global de formação de professores que veio a integrar a lei de bases do ensino.

Extraordinária actividade no estímulo aos organismos e grupos, funcionando no sector cultural, com ampla diversificação geográfica.

IV - O adquirido e o não conseguido na experiência do V Governo

I. - O adquirido

I.1. - O estilo do poder

O exercício do poder-com-o-povo ou, em outros termos, a participação - é um traço dominante adquirido durante o V Governo. Mostrou-se que era possível um estilo novo que, mesmo através das estruturas centrais burocratizadas, criava no povo uma outra forma de se relacionar com o poder e de partilhar dele.

Procedeu-se à "descentralização" do poder e do seu ritual." Assim (comenta Garaudy) chega-se "ao fim do dualismo entre um poder que ou impõe ou dá; o cidadão não existe para o poder como tão pouco existe para o trabalho ou para a economia, mas poder, economia e trabalho devem existir para o homem".

"O que assim foi posto em causa nas nossas sociedades (diz ainda Garaudy) é o seu próprio fundamento: a finalidade do poder político, do trabalho, da economia."

Estamos muito longe nesta referência de certas afirmações de "populismo" relativamente ao V Governo.

Em certo sentido, lançaram-se as bases para uma democracia a todos os níveis.

Adquirido geral na sociedade portuguesa? Bem certo que não. Mas suficientemente vivido para que tenha despertado em pessoas e em grupos a vontade de um esforço comum.

Tornou-se mais forte, na sociedade portuguesa, o impacto e a importância dos "independentes" enquanto grupo social com peso decisivo na evolução da vida política.

Salvaguardado o pressuposto que o "independente" se não situa na área da direita (!), o que essa presença dos independentes significa é que a verdadeira força política se situa para além dos programas partidários. Em certo sentido, são aqueles ou aquelas que estão livres do sistema do programa que aparecem aos olhos do povo como garantes da imparcialidade e da justiça.

Fundação Cuidar o Futuro

Por essa mesma razão, fica ultrapassada a clivagem esquerda/direita já esbatida pela própria natureza das questões, exigindo ora instrumentos tradicionalmente ligados à esquerda ora à direita.

Muito curioso observar que, enquanto a maioria dos meios de comunicação e a classe política tentavam, por todos os meios, situar a PM à esquerda, o sentir popular exprimia-se segundo a sua própria apreensão que não foi convergente com essa perspectiva dos fazedores de opinião.

2. - O não conseguido

É evidente que a intersectorialidade essencial para o desenvolvimento teria requerido todas as medidas, a todos os níveis, surgissem do seu enquadramento próprio e relacionadas entre si; a compartimentação da Administração Pública e

a "novidade" da teoria dos esquemas para a maior parte dos agentes do estado cerceou, em grande parte, este objectivo. No que me diz respeito, não me foi possível transmitir, de forma adequada, a concepção teórica subjacente a esta perspectiva diferente.

Também não consegui, em termos de participação popular, dar às decisões dos Conselhos de Ministros o seu significado existencial que teria ajudado a população a compreender a actividade do Governo e a reagir às medidas tomadas. Tive de sujeitar-me à linguagem críptica dos decretos que são, afinal, outras tantas "equações jurídicas", quando o mais importante, como nos exigia o meu velho professor de Física no Técnico, é a interpretação qualitativa das equações e das fórmulas... Neste sentido, os comunicados do Conselho de Ministro foram contra-sinal da participação que, por outro lado (e com tanto esforço), desejávamos implementar.

Não conseguida foi também a compreensão da actividade, que alguns chamaram "frenética" só porque foi intensa, desenvolvida no sentido de "arrumar a casa". A reorganização dos serviços públicos, a criação de leis orgânicas, não foram explicadas de modo a conduzirem a um vasto movimento de compreensão e de entendimento dessa necessária reforma.

Mas não conseguida foi, sobretudo (e de modo objectivo, independentemente do meu próprio juízo sobre os factos), a total blocagem criada pelo VI Governo e pela nova maioria que a 3 de Janeiro de 80 se sentou na Assembleia da República.

Por acção conjugada do Parlamento e do Governo - já, de si, facto estranho no normal funcionamento das instituições - todo o dispositivo legal publicado (insisto, publicado e não apenas decidido) após o dia 2 de Dezembro de 1979 foi suspenso em bloco. Repartiu-se essa acção consoante a natureza jurídica de cada diploma. Foram assim suspensas, para posterior ratificação pela AR, mais de cem diplomas e anulados ou suspensos pelo Governo, através de despachos internos de cada

Ministro, centenas de disposições legais. Digo centenas porque, se muitas delas foram publicadas no Diário da República, muitas outras foram explicitamente ou implicitamente decididas sem publicação no DR.

Este facto é único na história da Europa - e certamente único no nosso País, pois ninguém, após o 25 de Abril, teve um tal desprezo pela dignidade da Lei que suspendesse definitivamente e em bloco as medidas tomadas anteriormente.

V. - Significado desta experiência

Em termos de democracia, a mobilização do sentido e da vontade popular são um elemento fundamental para um esforço de desenvolvimento participado e criam assim as condições de um poder cada vez mais partilhado, contribuindo para consolidar a democracia.

Fundação Cuidar o Futuro

Em termos de desenvolvimento, a relação entre o projecto global e as necessidades e movimento locais é hoje uma condição do desenvolvimento e de uma sociedade mais justa.